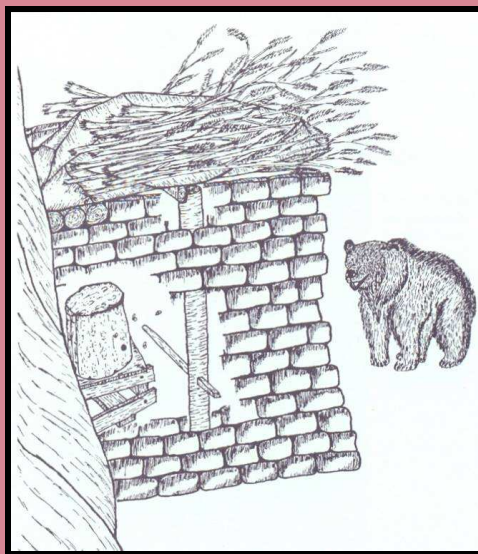


## PRESENÇA HISTÓRICA DO URSO EM PORTUGAL E TESTEMUNHOS DA SUA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES RURAIS<sup>1</sup>

Historical presence of Brown bear in Portugal and evidence  
of its relation with human communities

Francisco Álvares<sup>2</sup> e José Domingues<sup>3</sup>



**Palavras-chave:** urso; Portugal; distribuição histórica; extinção; etnozoologia

**Key words:** brown bear; Portugal; historical distribution; extinction; ethnozoology

<sup>1</sup> Imagem da capa extraída do livro *El Trampeo y demás artes de caza tradicionales en la Península Ibérica* da autoria de M. Boza (2002).

<sup>2</sup> Biólogo, Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto (CIBIO-UP), [falvares@mail.icav.up.pt](mailto:falvares@mail.icav.up.pt)

<sup>3</sup> Jurishistoriador, Universidade Lusíada – Porto, [jdomingues@ulusiada.por.pt](mailto:jdomingues@ulusiada.por.pt).

## **Resumo**

O presente trabalho descreve o património construído associado ao urso-pardo em Portugal e analisa a ocorrência desta espécie desde a Idade Média, com base numa pesquisa bibliográfica e documental.

A relação das comunidades rurais com o urso originou um legado cultural constituído por engenhos armadilhados dedicados à sua caça e por muros apiários de construção robusta destinados à protecção das colmeias contra as suas investidas.

Com base nos registos obtidos, o urso ainda ocorria nas serras fronteiriças do Norte do país durante o século XIX e até meados do século XX. Desta forma, esta espécie esteve presente muito para além de 1650, data anteriormente apontada para a sua extinção em Portugal. A presença de ursos em território português durante o século XX deverá ter resultado, maioritariamente, de incursões esporádicas de indivíduos provenientes de núcleos reprodutores situados em Espanha. No entanto, existem evidências que poderiam ter constituído os últimos exemplares de uma população residual ainda com reprodução. Por fim, evidencia-se a necessidade de estudos adicionais que permitam avaliar a possível presença de urso em épocas recentes, noutras regiões de Portugal.

## **Abstract**

The present study describes the constructed heritage related to the presence of the brown bear in Portugal, and an analysis of the presence of the species since the Middle Age, based on bibliographic references and historical documents.

The relationship between rural communities and the bear gave grounds to a cultural legacy consisting in trapping mechanisms and robust confined walls dedicated to prevent the destruction of beehives by bears.

Based on the records obtained, the bear occurred in the northern mountain ranges of Portugal during the XIX and up to the middle of the XX centuries. Thus, the species was present in the

**PRESENÇA HISTÓRICA DO URSO EM PORTUGAL E TESTEMUNHOS  
DA SUA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES RURAIS**

Francisco Álvares e José Domingues

area long after 1650, the date previously reported for its extinction in Portugal. The presence of the bear in Portugal during the XX century may have been mainly related to sporadic movements of dispersing individuals coming from Spanish populations. However, there is evidence that they may have constituted the last individuals of a residual, but still reproducing, population. Finally, we underline the necessity for further studies to evaluate the potential presence of the bear in other regions of Portugal in recent times.

## Introdução

A análise da área ocupada por uma espécie animal em tempos históricos e das causas que conduziram ao seu desaparecimento extravasa a órbita das ciências biológicas e envolve necessariamente uma abordagem multidisciplinar (NORES, 1986). Neste âmbito, a pesquisa e interpretação de fontes de documentação histórica constitui uma das ferramentas mais frequentemente utilizadas (NORES & VON LETTOW-VORBECK, 1992; ÁLVARES, 1997; TORRENTE, 1999; DOMINGUES, 2005a; GONÇALVES, 2006). Porém, o estudo dos sistemas de conhecimento, práticas e crenças que as comunidades humanas possuem em relação à fauna silvestre – denominado etnozootologia (REYES-GARCÍA & MARTI SANZ, 2007) – apresenta-se, igualmente, como uma importante fonte de informação, nomeadamente para espécies que possuem uma estreita relação com o Homem pelo seu interesse cinegético ou pela competição por recursos (ÁLVARES *et al.*, 2000; BOZA, 2002; ÁLVARES & PRIMAVERA, 2004). Este é o caso dos grandes carnívoros, e em particular, do urso-pardo (*Ursus arctos*).

Na Península Ibérica, o urso sofreu uma acentuada redução da sua área de distribuição devido à acção directa e indirecta do Homem, e encontra-se actualmente circunscrito às montanhas do Norte de Espanha, com populações reduzidas a menos de 100 indivíduos na Cordilheira Cantábrica e cerca de uma dezena nos Pirinéus (NAVES & PALOMERO, 1993). A presença e distribuição histórica do urso em Espanha têm sido investigadas em vários estudos (p.e. NORES & NAVES, 1993; CASANOVA, 1997; TORRENTE, 1999; PIÑEIRO MACEIRAS, 2000; GRANDE DEL BRIO *et al.*, 2002). Pelo contrário, no que respeita a Portugal, esta temática apenas conta com o estudo monográfico de BAETA NEVES (1967), que situou a extinção desta espécie no nosso país em meados do século XVII. Porém, recentemente, surgiram evidências para uma possível sobrevivência desta espécie em território nacional em datas posteriores (PIMENTA, 2001; DOMINGUES, 2005b).

O presente trabalho pretende contribuir para o conhecimento da presença histórica do urso em Portugal e da sua relação com o Homem. Para tal, efectua-se: i) a descrição do património construído associado ao urso, a nível ibérico; ii) a análise da ocorrência desta espécie em Portugal desde a Idade Média, com base numa compilação bibliográfica e pesquisa de fontes documentais posteriores ao séc. XVII, respeitantes ao território português e a regiões

espanholas fronteiriças; e iii) a discussão da provável data de extinção do urso em território nacional, com base nas novas evidências obtidas.

## **1. Património construído associado ao urso**

A relação das comunidades humanas com o urso originou um rico e único património construído. Este legado cultural é constituído, sobretudo, por estruturas dedicadas à captura do urso e por mecanismos de protecção dos bens contra os seus ataques. Como principais bens a proteger, destaca-se a produção de mel, actividade com grande importância na economia rural desde a Idade Média (HENRIQUES *et al.*, 1999), e para a qual o urso constitui uma ameaça devido ao seu frequente hábito de destruir as colmeias para obter alimento (CLEVENGER & PURROY, 1991).

Os muros apiários são exemplos de arquitectura popular, destinados a assegurar a protecção das colmeias (HENRIQUES *et al.*, 1999; RODRIGUES & NEVES, 2002). Com frequência, os muros apiários consistem em simples e toscos cercados de pedra seca com uma altura de cerca de 1 metro e dispostos em redor de uma área de dimensão variável, com o objectivo de protegerem os cortiços do fogo, bem como da pilhagem por parte de animais domésticos e selvagens de média dimensão, como o texugo (*Meles meles*) (Figura 1).



**Figura 1.** Muro apiário simples, Fafião, Montalegre (fotografia de P. Primavera).



**PRESENÇA HISTÓRICA DO URSO EM PORTUGAL E TESTEMUNHOS  
DA SUA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES RURAIS**

Francisco Álvares e José Domingues

No entanto, em algumas regiões da Península Ibérica, nomeadamente na Cordilheira Cantábrica, os muros apiários são edificações monumentais mais elaboradas, cujo principal objectivo que se lhes atribui é impedir a entrada no interior do recinto de um possante apreciador de mel, o urso (TORRENTE, 1999; BOZA, 2002). Estas estruturas, conhecidas em Espanha por *colmenales*, *alvarices* ou *cortinos*, são identificáveis pela execução de muros com face externa homogénea e altura por vezes superior a 3 metros, e pela existência de um capeado projectado para o lado exterior do recinto, que forma um rebordo no topo ou a  $\frac{3}{4}$  da altura da parede. Por vezes é provida de uma sólida porta que permite a entrada do apicultor, mas na maior parte dos casos o interior do recinto torna-se apenas acessível através da utilização de uma escada (BOZA, 2002) (Figura 2).



**Figura 2.** Silha ou muro apiário destinado à protecção face ao urso, Serra da Queixa, Ourense, Espanha.  
(fotografia de F. Álvares)

**PRESENÇA HISTÓRICA DO URSO EM PORTUGAL E TESTEMUNHOS  
DA SUA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES RURAIS**

Francisco Álvares e José Domingues

Em Portugal encontram-se identificados muros apiários, ainda que muitas vezes em avançado estado de degradação, que apresentam uma construção elaborada e robusta, caracterizada pela execução de muros dobrados com cerca de 1 m de espessura e mais de 2 m de altura, e rematados por placas avançadas para o exterior (HENRIQUES *et al.*, 1999; RODRIGUES & NEVES, 2002). As características de construção destas estruturas permitem enquadrá-las na tipologia dos muros apiários existentes no Norte de Espanha, que se destinam à protecção face às investidas dos ursos. Desta forma, constituem um importante testemunho material da presença histórica desta espécie em Portugal e da sua relação com as comunidades rurais. Dependendo da região do país, estas estruturas são vulgarmente denominadas *silhas*, *colmeais*, *muros* ou *alvarizes* (HENRIQUES *et al.*, 1999). No presente trabalho optámos por designá-las como *silhas*, de forma a evidenciar as características estruturais que as parecem destinar à protecção face ao urso, e assim distingui-las dos muros apiários simples de menores dimensões.

A função destas estruturas como estando associada ao urso encontra-se actualmente perdida na memória colectiva da maioria das comunidades locais. Porém, foram recolhidas várias referências documentais do século XVIII que atestam a construção de *silhas* pelos habitantes do Norte de Portugal, no intuito de proteger as suas colmeias face à frequente destruição provocada por estes animais (documento 1, 4 e 5, no Anexo I).

A prospecção de campo e a recolha de registos fotográficos e bibliográficos (p.e. HENRIQUES *et al.*, 1999; RODRIGUES & NEVES, 2002) permitiu confirmar vestígios materiais de muros apiários com características atribuíveis a *silhas*, num total de 27 concelhos de Portugal. Acresce-se ainda mais 11 concelhos onde a presença deste tipo de estruturas se considera provável, tendo por base somente testemunhos orais (Figura 3). De forma geral, as áreas com edificação confirmada destas estruturas coincidem com as principais regiões montanhosas do Noroeste de Portugal (Serras de Arga, Soajo, Amarela, Gerês, Cabreira, Barroso, Larouco, Alvão, Padrela), o extremo Norte do Distrito de Bragança (Serras da Coroa e Montesinho) e as bacias do médio Douro e Tejo, junto à fronteira com Espanha. Existem ainda evidências não confirmadas, da edificação de muros apiários semelhantes a *silhas* em alguns sistemas montanhosos da região centro do país (Serras da Arada, Montemuro, Lousã, Açor e Sicó) e na bacia do médio Guadiana (Figura 3).



PRESENÇA HISTÓRICA DO URSO EM PORTUGAL E TESTEMUNHOS  
DA SUA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES RURAIS  
Francisco Álvares e José Domingues

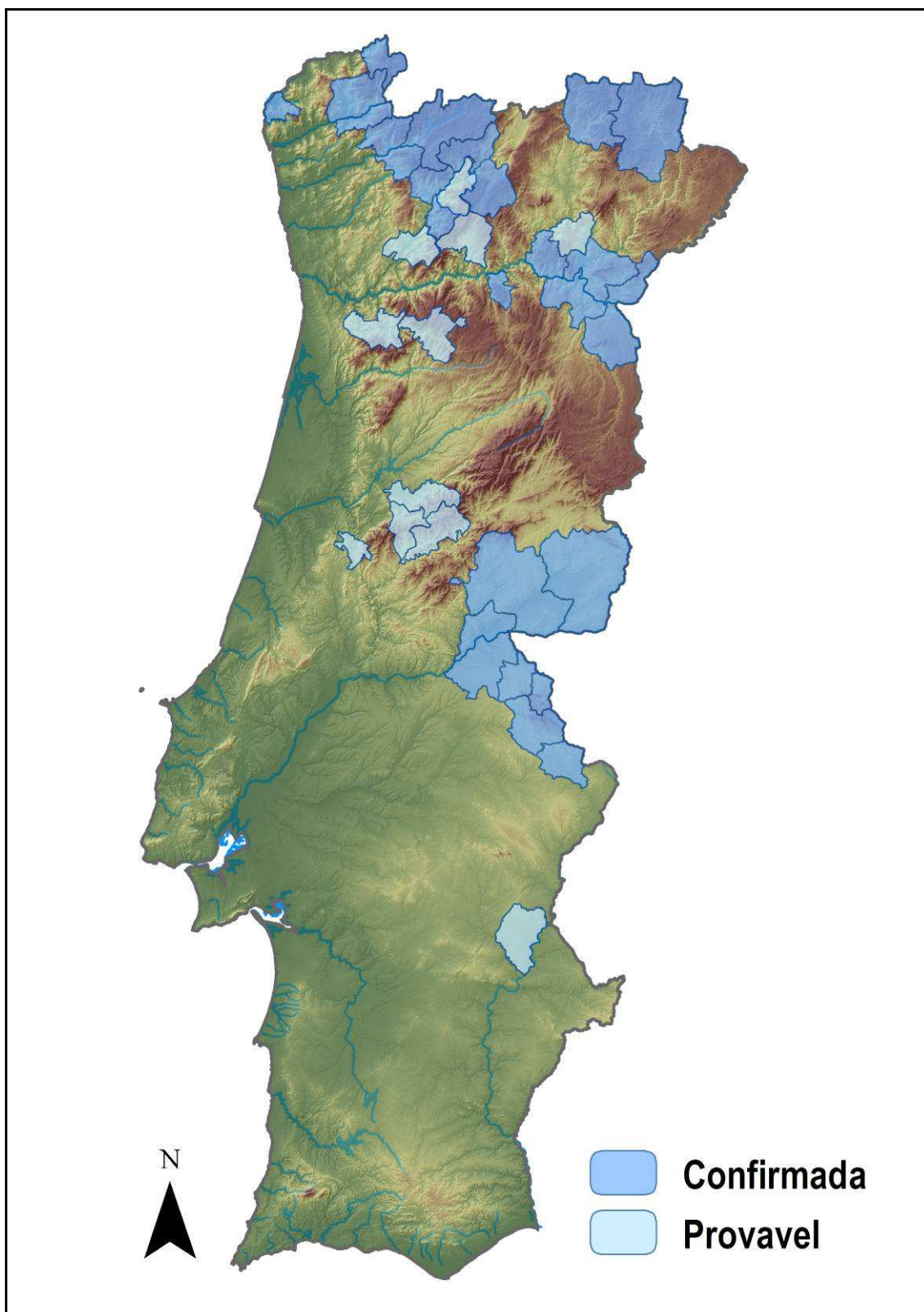


Figura 3. Concelhos com edificação confirmada ou provável de muros apiários com características estruturais atribuíveis a *silhas* (destinados à protecção face ao urso).



Na Península Ibérica existem também registos da construção de engenhos destinados a dar caça ao urso. Em Espanha, é referida a utilização de covas armadilhadas especificamente construídas para a captura deste animal (PIDAL & DE QUIRÓS, 1897; JUSTO MÉNDEZ, 1993; BOZA, 2002), apesar de em Portugal não se ter conhecimento de fontes documentais que comprovem a sua utilização. Nas Astúrias conhece-se ainda a utilização de pequenas construções em pedra destinadas à captura do urso, com o nome popular de *pezugos*. Nestas armadilhas o chamariz consistia na deposição de um cortiço de abelhas assente numa plataforma de madeira que, ao cortiço ser retirado, accionava a queda de uma grande pedra ou tronco sobre o animal (Figura 4; TORRENTE, 1999; BOZA, 2002). No que respeita a Portugal, foi possível recolher uma referência documental do século XVIII que descreve como os habitantes da Serra do Gerês davam caça a este carnívoro através de um engenho armadilhado com um tronco de árvore e que utilizava um cortiço de mel como isco (documento 1, no Anexo I). A descrição desta técnica de caça permite associá-la ao *pesugo*, cuja utilização se encontrava somente referenciada para determinadas áreas das Astúrias (BOZA, 2002). No entanto, as prospecções de campo realizadas até à data não permitiram obter qualquer evidência de vestígios materiais destas estruturas cinegéticas em Portugal. Por fim, encontra-se referida com frequência na documentação medieval, uma armadilha de caça destinada ao veado, javali e urso, denominada *madeiro*. Este tipo de armadilha já aparece mencionado nos forais da Beira do século XI, porém não se conhece qualquer descrição detalhada do seu modo de funcionamento.

## 2. Presença histórica e extinção do urso em Portugal

A ocorrência histórica do urso por todo o território nacional é comprovada pela toponímia, quer integrando o vocábulo *osso*, ou utilizando uma grafia actualizada<sup>[4]</sup>. No que respeita a fontes documentais, os registos mais antigos relativos à presença da espécie em Portugal encontram-se nos forais do século XI e XII, e relacionam-se com o facto de a caça grossa estar sujeita ao tributo de condado ou montaria. Este tributo obrigava os caçadores a entregar, ao rei ou seu representante, a parte mais nobre de cada peça de caça maior abatida: regra geral, do javali ou

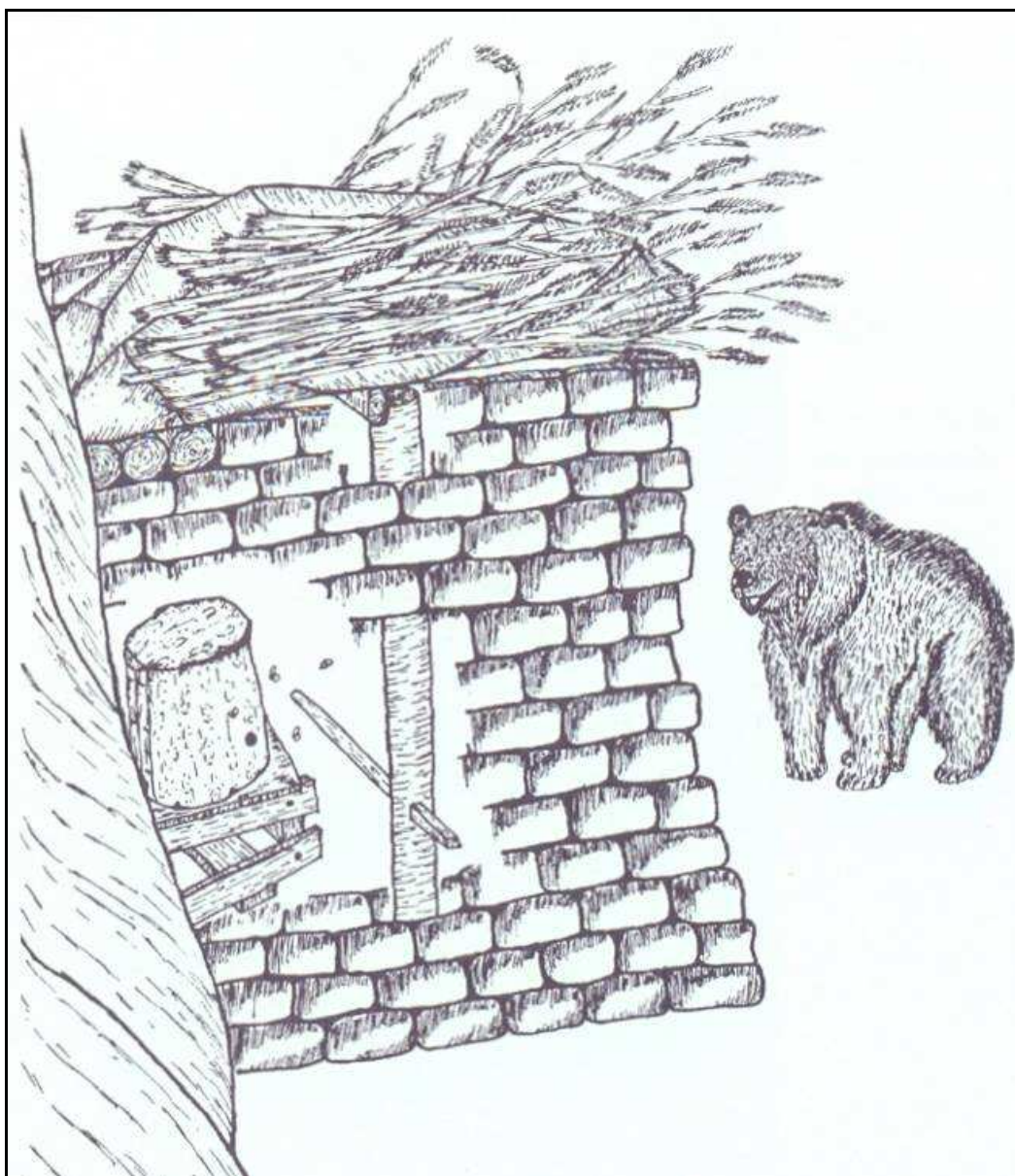
---

<sup>4</sup> *Rio dos Ossos* (Melgaço / Lisboa / Oliveira de Azeméis); *Casal dos Ossos* (Lisboa); *Vilar dos Ossos* (Vinhais); *Valdossos* (Vila Nova de Famalicão); *Serra da Ossa* (Alentejo); *Valdossa* (Alijó); *Osseira* (Caldas da Rainha / Óbidos); *Ursa* (Albufeira / Alcácer do Sal / Almodôvar / Alportel / Figueira de Castelo Rodrigo / Góis / Proença-a-Nova / Santiago de Cacém / Sertã / Vila Viçosa); *Cova do Urso* (Arganil); *Covão do Urso* (Beira Baixa); *Pego d'Urso* (Sátão); *Pia do Urso* (Batalha); *Pinhal do Urso* (Leiria / Montijo); *Vale do Urso* (Fundão).

**PRESENÇA HISTÓRICA DO URSO EM PORTUGAL E TESTEMUNHOS  
DA SUA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES RURAIS**

Francisco Álvares e José Domingues

porco-montês davam o corazil ou espádua; do veado, corço ou cabra-brava entregavam a perna, e do urso as mãos<sup>5</sup>. Nas inquirições de 1258, que, basicamente, pretendem apurar os direitos devidos ao rei, ficou consignado esse imposto medieval aplicado à caça ao urso, em várias freguesias do Noroeste do país (AZEVEDO, 1977; GONÇALVES, 2006).



**Figura 4.** Representação de um *pezugo* asturiano, armadilha destinada à captura de urso (retirado de Boza, 2002).

<sup>5</sup> “*si fuerit ad venationem et mactaverit porcum, dabit spatulam; de cerbo, de capra montesa, de corzo, dabit pernam; de urso, dabit manus.*”

**PRESENÇA HISTÓRICA DO URSO EM PORTUGAL E TESTEMUNHOS  
DA SUA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES RURAIS**  
Francisco Álvares e José Domingues

O urso, juntamente com outras espécies como o javali, possuía desde o início da Idade Média um lugar de destaque como alvo de uma caça de entretenimento e, em simultâneo, de preparação guerreira, por parte dos monarcas e da classe mais nobre. Desta forma, e ao contrário por exemplo do lobo (DOMINGUES, 2005a), o urso foi, desde cedo, alvo de alguma protecção por parte da monarquia. São frequentes os documentos que fixam coutadas, em favor do rei ou de algum nobre poderoso, e onde se condiciona a caça, não só ao urso, mas também ao javali, veado e até a caça miúda como o coelho, a lebre e a perdiz.

Ao longo do século XV o urso ainda estava presente a Norte do rio Douro e em vários locais distribuídos pelo interior do país, nomeadamente na Beira Interior (Pinhel, Trancoso e Ribacôa) e no Alentejo (Moura e Portel), onde existem referências documentais à sua caça ou abundância (BAETA-NEVES, 1967). Contudo, é a partir deste século que o urso aparenta começar a rarear em território português, principalmente na metade sul do país, devido à perseguição directa e à destruição das extensas manchas florestais onde se abrigava (BAETA-NEVES, 1967; DEVY-VARETA, 1986). Como consequência, são publicados vários diplomas condicionando a sua caça, diplomas esses de âmbito genérico e promulgados pelos monarcas portugueses, e alguns deles possuindo o valor de lei ou ordenação geral do reino. A título de exemplo, D. João I, por carta de 5 de Fevereiro de 1412, proibiu a caça de ursos, porcos monteses e cervos nas comarcas de Entre-Tejo-e-Guadiana e Estremadura (BAETA NEVES, 1980). Posteriormente, seu filho D. Duarte (1433-1438), publicou uma lei que impunha uma coima de mil libras a qualquer que matasse um urso por todo o reino, sem licença de el-rei (*ORDENAÇÕES AFONSINAS*, 1984), no que provavelmente constitui uma das primeiras leis direccionadas à protecção de uma espécie silvestre, a nível nacional. No entanto, o povo insurge-se com frequência contra as coutadas e a proibição de caça de animais bravios, nomeadamente do urso, por estes lhe causarem avultados prejuízos nos gados e nas colheitas (BAETA NEVES, 1980). Por isso, e apesar de condicionada, a perseguição ao urso por parte das comunidades locais continua a ser intensa, nomeadamente através da sua caça e da destruição do *habitat* por incêndios (documento 1, 2 e 3, no Anexo I). Como resultado, nos finais do século XVI a presença de urso em Portugal é considerada por vários autores como estando somente confinada às montanhas fronteiriças do extremo Noroeste, nomeadamente à Serra do Gerês (LEITE DE VASCONCELOS, 1936; BAETA-NEVES, 1967).

**PRESENÇA HISTÓRICA DO URSO EM PORTUGAL E TESTEMUNHOS  
DA SUA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES RURAIS**

Francisco Álvares e José Domingues

Se a presença histórica do urso em Portugal é uma realidade inquestionável, já a data da sua extinção constitui um facto deficientemente investigado. Documentos do século XVIII referem, com precisão, a morte em 1650, do que tem sido considerado o último exemplar na Serra do Gerês e, em simultâneo, em Portugal (documento 1 e 2, no Anexo I). O único estudo específico que aborda a presença e extinção desta espécie em Portugal (BAETA-NEVES, 1967), baseia-se nestes registos para apontar a data de extinção do urso em território português, a qual tem vindo a ser aceite junto da comunidade científica, em trabalhos recentes (SANTOS-REIS & MATHIAS, 1996; MATHIAS *et al.*, 1998; CABRAL *et al.*, 2005). No entanto, a pesquisa documental e bibliográfica, principalmente em autores espanhóis, realizada no âmbito do presente trabalho apresenta evidências da sobrevivência do urso em território português para além do século XVII e até datas surpreendentemente recentes, em particular na região fronteiriça compreendida pela Serra do Laboreiro (Melgaço), as Serras do Gerês/Larouco (Terras de Bouro/Montalegre) e a Serra de Montesinho (Bragança/Vinhais).

No que diz respeito ao século XVIII, um documento de 1744 proveniente de Pincães, parece referir ainda o urso como presente na Serra do Gerês, embora perto de se extinguir face à intensa perseguição que os habitantes locais lhe moviam (documento 3, no Anexo I). Também o Padre João Barroso Pereira, refere a presença de ursos na região de Salto (Montalegre) num documento de datação indeterminada, mas que parece corresponder ao século XVIII (documento 5, no Anexo I). Em território espanhol, FERNANDEZ DE CÓRDOBA (1964) e PIÑEIRO MACEIRAS (2000) citam várias fontes documentais do final do século XVIII, que referem ainda a abundância de ursos nas montanhas que ladeiam os rios Tâmega e Lima, nomeadamente Requiás (Muíños) e Verín, situados junto ao limite dos concelhos de Montalegre e de Chaves, respectivamente.

Para o século XIX, NORES & NAVES (1993) refere que a obra de 1866 de Fernando Fulgoso, "*Cronica de la provincia de Orense*", atesta a presença do urso na vertente espanhola da Serra do Laboreiro e da Serra do Gerês no primeiro quartel do século XIX. Também TABOADA CHIVITE (1971) menciona que, em 1825, um habitante de San Pedro de la Torre (Sierra do Laboreiro) reclamou ao Concelho Real os prejuízos efectuados pelos ursos, ao que lhe foi concedida uma autorização para os matar. GRANDE DEL BRIO *et al.*, (2002) apresenta evidências documentais de vários ursos abatidos na vertente espanhola da Serra de Montesinho, durante o final do século XIX. Para o território português, encontramos outras referências



**PRESENÇA HISTÓRICA DO URSO EM PORTUGAL E TESTEMUNHOS  
DA SUA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES RURAIS**  
Francisco Álvares e José Domingues

documentais que indicam também a presença de urso no decorrer do século XIX. Na região de Bragança, foi publicada em 2 de Março de 1835, no jornal manuscrito “*Choronica de Bragança*”, uma notícia que aparentemente alude à programação de uma caçada ao urso na Serra de Montesinho (documento 6, no Anexo I). Além disso, e a corroborar os registos atrás mencionados, Gabriel Pereira refere que até meados do século XIX ainda os ursos ocorriam, de forma irregular, nas montanhas do Minho e Trás-os-Montes (documento 7, no Anexo I).

Porém, as últimas referências ao urso na região fronteiriça do norte de Portugal datam do início do século XX. GRANDE DEL BRIO *et al.*, (2002) menciona evidências documentais da sua presença em 1905 e 1920 na região de Lubián e Sanábria (Zamora) respectivamente, ambas situadas a menos de 10 km da fronteira portuguesa na Serra de Montesinho. JUSTO MÉNDEZ (1993), apesar de não citar as fontes documentais ou orais em que se baseia, refere que desde inícios do século XX até 1930 ainda subsistiam alguns exemplares na zona fronteiriça constituída pelas serras do Gerês e Larouco. Em particular, menciona que em 1915 eram ainda avistados ursos com alguma frequência na zona de Portela do Homem (Serra do Gerês), e que em 1920 “*fue muerta una osa, acompañada de dos crias, que los cazadores sorprendieron en la sierra de Larouco, entre Baltar y Villamayor de Girona*”, junto à fronteira portuguesa. O último registo confirmado de urso nas montanhas fronteiriças do Noroeste de Portugal, é todavia mais recente e diz respeito ao abate de um urso, em Junho de 1946, por Camilo Lloves Gonzalez, habitante de Couceiros na Serra do Labreiro, a menos de cinco quilómetros da fronteira portuguesa de Melgaço. Este facto, publicado no jornal “*Pueblo Galego*” de 17 de Junho de 1946 e frequentemente citado em fontes bibliográficas posteriores (e.g. FERNANDÉZ DE CÓRDOBA, 1964; TABUADA CHIVITE, 1971; PIMENTA, 2001, DOMINGUES, 2005b), foi confirmado por um dos autores do presente trabalho (F. Álvares) através de uma entrevista a Camilo Lloves em 4.10.1996, o qual, apesar dos seus 80 anos de idade, relatou em pormenor os acontecimentos. O urso abatido era um macho com 102 kg (possivelmente sub-adulto) e, na altura, dizia-se que nessa região andariam três ursos que com frequência destruíam colmeias e *silhas*, e dos quais um foi o que veio a ser abatido.

### 3. Discussão e considerações finais

Com base nos registos obtidos, o urso terá ocorrido nas serras do Norte de Portugal até meados do século XX, muito para além de 1650, data anteriormente apontada para a sua extinção em Portugal. O carácter agreste das serras fronteiriças ao longo dos séculos XVIII e XIX, com extensos matagais, reduzida acessibilidade e escasso povoamento humano (p.e. BORRALHEIRO, 2005), pode ter permitido a sobrevivência de uma população residual de urso e, simultaneamente, levado a que esta fosse escassamente documentada por parte de naturalistas e letrados. Consequentemente, face à reduzida disponibilidade de fontes documentais locais, a ocorrência da espécie passou facilmente despercebida. A ocorrência do urso no Norte de Portugal até ao início do século XX poderá ter tido origem em movimentos dispersivos de animais provenientes de núcleos reprodutores residuais bem documentados em Espanha, situados a menos de 50 km da fronteira portuguesa, como sejam a Serra da Queixa (centro da Província de Ourense), a Serra do Faro (limite das Províncias de Pontevedra, Ourense e Lugo) e a região de Caurel/Sanábria/La Cabrera (limite das Províncias de Ourense, Zamora e Leão) (NORES & NAVES, 1993; GRANDE DEL BRIO *et al.*, 2002). Os ursos machos apresentam um acentuado comportamento errático durante a época do acasalamento, podendo percorrer distâncias superiores a 40 km da sua área de presença habitual (CLEVENGER & PURROY, 1991). Como resultado deste comportamento, ainda recentemente (p.e. 2006) tem sido confirmada a presença ocasional de ursos provenientes da população cantábrica, na região de Sanábria/La Cabrera situada a pouca mais de 20 km a Norte da Serra de Montesinho (GRANDE DEL BRIO *et al.*, 2002). Desta forma, não é de estranhar a presença de ursos ao longo da primeira metade do século XX nas Serras do Gerês e do Larouco, se considerarmos que a Serra da Queixa, situada a menos de 30 km da fronteira portuguesa, albergou um núcleo reprodutor de urso até à década de 1930 (NORES & NAVES, 1993; JUSTO MÉNDEZ, 1993; GRANDE DEL BRIO *et al.*, 2002). Porém, um dos registos documentais recolhidos aponta para a aparente reprodução do urso em 1920 na Serra do Larouco. Face a esta evidência, será necessária uma maior investigação através da recolha de fontes documentais ou de testemunhos orais, que permita avaliar se a presença de ursos no início do século XX nas serras fronteiriças se limitaria a incursões esporádicas de indivíduos provenientes de núcleos

reprodutores situados em Espanha, ou se, pelo contrário, constituíam os últimos exemplares de uma população residual ainda com reprodução.

Os resultados obtidos para o Norte de Portugal evidenciam ainda a necessidade de estudos adicionais que permitam detectar evidências da presença do urso nos últimos séculos em outras regiões do país, e assim esclarecer a evolução da sua área de ocorrência. A pesquisa de fontes documentais de carácter local, em território nacional ou nas regiões espanholas fronteiriças, revela-se como uma das principais abordagens que deverá ser realizada. No entanto, o inventário, caracterização e cronologia do património construído associado a este carnívoro, em particular das *silhas*, poderá constituir uma fonte de informação complementar. A aparente restrição e coerência geográfica das áreas de edificação confirmada de *silhas* a nível nacional poderá reflectir a existência de importantes núcleos populacionais de urso, tal como parecem indicar as fontes documentais obtidas para o Noroeste e Nordeste do país. Adicionalmente, o bom estado de conservação das *silhas* poderá estar relacionado com a ocorrência recente desta espécie, face ao esforço humano que implica manter estas estruturas nas suas dimensões originais e o facto da protecção face ao urso aparentar ser a principal razão que assim o justifica. Tal é evidente em determinadas regiões da Galiza, como as Serras da Queixa, Caurel e Faro, onde a espécie estava presente há menos de um século. De forma coincidente, a identificação de *silhas* em excelente estado de conservação nas Serras do Gerês e Larouco, foi corroborada no presente trabalho através de vários registos documentais que atestam a sobrevivência do urso durante o século XIX e início do século XX. Além disso, HENRIQUES *et al.*, (2010) referem evidências documentais e orais que apontam para a possível ocorrência recente deste carnívoro no distrito de Castelo Branco, nomeadamente na Serra da Gardunha durante o início do século XVIII e em regiões espanholas adjacentes (Las Hurdes, Província de Cáceres) até ao século XIX. Desta forma, outras áreas do país onde as *silhas* apresentem um estado de conservação próximo do original, como por exemplo nas bacias do médio Douro e Tejo (HENRIQUES *et al.*, 1999; RODRIGUES & NEVES, 2002), deverão ser alvo preferencial para a pesquisa de fontes documentais de carácter regional, de forma a esclarecer a área de ocorrência de urso em épocas recentes.

## Bibliografia

ÁLVARES, F. (1997). *O Lince-ibérico (Lynx pardinus) no Noroeste de Portugal. Presença Histórica e Situação Actual*. Relatório Técnico Interno. ICN/ Programa Liberne. 25pp.

ÁLVARES, F. & PRIMAVERA, P. (2004). *The Wolf in Rural Communities` Culture in the North of Portugal*. *Wolf Print*, Nº20: 10-12.

ÁLVARES, F., ALONSO, P., SIERRA, P. & PETRUCCI-FONSECA, F. (2000). *Os fojos dos lobos na Península Ibérica. Sua inventariação, caracterização e conservação*. *Galemys*, 12 (NE): 57-78.

AZEVEDO, R. P. (1977). *Portugaliae Monumenta Histórica: Inquisitiones*, Vol I, Parte II, Fasc. 9. Lisboa.

BAETA NEVES, C. M. (1967). *Sobre a existência e extinção do urso em Portugal*. Nº XIX. Publicações da Liga para a Protecção da Natureza. Lisboa. 7pp.

BAETA NEVES, C. M. (1980). *História Florestal, Aquícola e Cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Chancelarias Reais*. Lisboa.

BORRALHEIRO, R. (2005). *Montalegre, Memórias e História*. Barrosana, E. M. Montalegre

BOZA, M. (2002). *El Trampeo y demás artes de caza tradicionales en la Península Ibérica*. Editorial Hispano Europea. Barcelona. 351pp.

CABRAL, M. J., ALMEIDA, J., ALMEIDA, P. R., DELLINGER, T., FERRAND DE ALMEIDA, N., OLIVEIRA, M. E., PALMEIRIM J. M., QUEIROZ, A. I., ROGADO, L. & SANTOS-REIS, M. (eds.) (2005). *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.

CASANOVA, E. (1997). *L'ós del Pirineu, crònica d'un extermini*. Col·lecció Guimet. Pagès editors, Lleida. 327pp.



**PRESENÇA HISTÓRICA DO URSO EM PORTUGAL E TESTEMUNHOS  
DA SUA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES RURAIS**  
Francisco Álvares e José Domingues

CLEVENGER, A. P. & PURROY, F. J. (1991). **Ecología del oso pardo en España**. Monografías del Museo Nacional de Ciencias Naturales. C.S.I.C. Madrid. 155pp.

DEVY-VARETA, N. (1986). **Para uma geografia histórica da floresta portuguesa: do declínio das matas medievais à política florestal do renascimento (séc. XV e XVI)**. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, Vol. I: 5-37.

DOMINGUES, J. (2005a). **Caça ao Lobo: Legislação Arcaica**. *Agália*, Revista de Ciências Sociais e Humanidades, Ourense. n.º 83/84: 265-269.

DOMINGUES, J. (2005b). **O urso ibérico**. *Porto dos Cavaleiros*, Jornal de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, nº10: 16.

FERNANDEZ DE CÓRDOBA, F. P. (1964). **Algo sobre el oso y su presencia en Galicia**. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 59: 305-319.

GONÇALVES, I. (2006). **Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258**. Pp: 193-219. in: *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. FLUP. Porto.

GRANDE DEL BRIO, R., HERNANDO AYALA, A. & PIÑEIRO MACEIRAS, J. (2002). **El oso pardo en el noroeste peninsular**. Ediciones Amarú. 143pp.

HENRIQUES, F., CANINAS, J. C., CORREIA, F. B., SANTOS, C. & GARDETE, J. J. (1999). **Muros-apiários da bacia do médio Tejo (regiões de Castelo Branco e Cáceres)**. *Ibn Maruán*, *Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 9/10: 329-363.

HENRIQUES, F., CANINAS, J. C., CHAMBINO, M. L., PRATA, J. T. & GARDETE, J. J. (2010). **Os Muros-apiários da região de Castelo Branco e zona envolvente**. *AÇAFA On-Line*, nº 3. 72pp.

JUSTO MÉNDEZ, F. (1993). **Brotos de Raíces históricas**. Ourense. 587pp.

LEITE DE VASCONCELOS, J. (1936). **Etnografia Portuguesa, Vol. II**. Imprensa Nacional da Casa da Moeda. Lisboa. 717pp.

MATHIAS, M. L., SANTOS-REIS, M., PALMEIRIM, J. & RAMALHINHO, M. G. (1998). **Mamíferos de Portugal**. Edições Inapa. Lisboa. 145pp.

NAVES, J. & PALOMERO, G. (1993). **El oso pardo en España**. Colección Técnica. ICONA. Madrid.

NORES, C. (1986). **Estudios históricos y perspectivas conservacionistas**. *Jornadas sobre la conservación de la naturaleza en España*. 127-130.

NORES, C. & VON LETTOW-VORBECK, C. L. (1992). **La zoología histórica como complemento de la arqueozoología: el caso del zebro**. *Archaeofauna*, 1: 61-71.

NORES, C. & NAVES, J. (1993). **Distribución histórica del oso pardo en la Península Ibérica**. Pp:13-33. In: J. Naves & G. Palomero (eds). *El oso pardo en España*. Colección Técnica. ICONA. Madrid.

**ORDENAÇÕES AFONSINAS**, (1984). Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Edição Fac-símile das *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1792.

PIDAL, P. & DE QUIRÓS, B. (1897). **La caza del oso en Asturias**. Edição fac-similada de 2002, do livro "Astúrias". KRK Ediciones. Oviedo. 57pp.

PIMENTA, M. (2001). **A propósito da presença do urso-pardo na Peneda-Gerês**. *Tribuna da Natureza*, 6 (AnoII): 10-11.

PIÑEIRO MACEIRAS, J. (2000). **La legislación aplicable al oso y a su entorno en las montañas Galaico-Leonesas durante el siglo XVIII**. Revista "Argutorio", 4, Astorga: 24-25.

REYES-GARCÍA, V. & MARTI SANZ, N. (2007). **Etnoecología: punto de encuentro entre naturaleza y cultura**. *Ecosistemas*, 3. (URL: [http://www.revistaecosistemas.net/articulo.asp?Id=501&Id\\_Categoria=1](http://www.revistaecosistemas.net/articulo.asp?Id=501&Id_Categoria=1)).

RODRIGUES, J. S. C. & NEVES, J. C. (2002). **Os Muros apiários do Parque Natural da Serra de S. Mamede e Sítio de S. Mamede**. *Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 12: 365-395.

**PRESENÇA HISTÓRICA DO URSO EM PORTUGAL E TESTEMUNHOS  
DA SUA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES RURAIS**  
Francisco Álvares e José Domingues

TABOADA CHIVITE, J. (1971). **Monteria y corrida de lobos en Galicia**. *Boletín Avriense*, 1:187-198.

TORRENTE, J. P. (1999). **Osos y otras fieras en el pasado de Astúrias (1700-1860)**. Fundacion Oso de Astúrias. Oviedo.

SANTOS-REIS, M. & MATHIAS, M. L. (1996). **The historical and recent distribution and status of mammals in Portugal**. *Hystrix*, 8 (1-2): 75-89.

## Anexo I. Registos documentais posteriores ao séc. XVII, apresentados por ordem cronológica

### Doc. 1

**1728** – [Padre José de Matos FERREIRA, *Thesouro de Braga descoberto no Campo do Gerez, Braga, 1728*] Edição fac-similada da Câmara Municipal de Terras de Bouro, 1994.

*“Neste sitio (...) estão algũas Alverices redondas, feytas de muyto boa pedra, e bem ajeitada, e paixão de ter vinte palmos de alto; principião em bayxo em circuito pequeno, e acabão em mayor âmbito, e assim estão as sua paredes muyto empenadas para fora, sem por ellas poder sobir cousda algũa, ainda que as pedras não estiverão tão ajustadas, como estão. Estas Alverices fizerão os antigos para guardar as suas colmeas, pois erão único abrigo que tinham para escaparem à fereza dos ussos que erão tantos naquele tempo que sobião as paredes e, entretanto dentro pegavão nos cortiços das abelhas e os levavão a donde havia agoa, e tirando os tampos dos cortiços, metião-nos na agoa, e afogadas as abelhas, e comião livremente o mel.”*

*“A este feroz e porfiado animal fazião render os caçadores pondo em o tronco de hũa arvore hũm pouco de mel com um masso, e hum certo engenho, que quando hia a comer do mel dava-lhe na cabeça, e elle tanto mais porfiava de gostar, athe que o masso o fazia render, e ficava de vencido. Hoje se não acha no Geres tal casta de animal por causa dos grandes fogos que sempre continuamente os lavradores andão lançando nos montes, e o ultimo que se matou, conforme referem os velhos da terra, foy pouco mais ou menos no anno de 1650, na Quelha da Ursa, que fica para a Chã da Fonte, junto à Casa da Neve”.*

### Doc. 2

**1736, Junho, 09** – [António AFONSO – “Notícia da freguesia de S. João do Campo que mandou o Dr. Vigário-Geral aos 9 de Junho de 1736”, *Cadernos de Cultura 4, Terras de Bouro, Território Museu da Montanha*, Câmara Municipal de Terras de Bouro, 2001, p. 20]



*“A demais caça são águias reays, javalizes, lobos, cabras bravas que parecem veados, corças, lobos cervais. Ursos já hoje não aparecem por cauza dos fogos que cada passo se lança nos montes”*

**Doc. 3**

**1744 – Códice dos Casais de Pincães. P.<sup>e</sup> Diogo Martins Pereira [transcrição de cópia de 1813, por António Martinho BAPTISTA]**

*“FAFIÃO – “Entendendose hir a extinguindose [os lobos cervais] como se extinguirão os ursos pelo cui[da]do que os moradores tem de os preceguir, e caçar andando de dia e de noute athé os matar, ou fazer fugir p[ar]a os montes da Irmida e Villar da Veiga, donde também os perseguem com notável cuidado (...)” [fl. 13]*

**Doc. 4**

**1758 – Na memória paroquial da freguesia de Outeiro. [Rogério BORRALHEIRO, Montalegre Memórias e História, Montalegre, 2005]**

*(...) Há quem se lembre de hum homem da freguesia de Cabril que matou no ditto Gerês um urso. Certifica havê-los nesse tempo por se verem de presente sinaes de muros de colmeas sobre pedras altas para se livrarem delles”.*

**Doc. 5**

**Séc. XVIII - [Padre João BARROSO PEREIRA, pároco de Seara, Antigas Histórias de Salto, século XVIII] Versão dactilografada de data e autor desconhecido.**

*“É muito abundante de caça: perdizes, coelhos, martuxos, fuinhas, aves bastantes, muitos lobos, raposas, porcos bravos, corças, veados, ursos e tantos outros que amolestam os lavradores para os defenderem das vastas colheitas”*

*“(...) grande quantidade de ursos, que destruíam as colmeias e para sua defeza faziam muros fechados.”*

Doc. 6

**1835 – [Jornal manuscrito bragançano de 2 de Março de 1835]** Pesquisa de João Manuel Neto Jacob publicada na Revista “Brigantia” e na Revista “Montesinho”.

“Os off.<sup>es</sup> do Regim.<sup>to</sup> de Inf.<sup>a</sup> N. 9 nomearão huma comissão p.a que esta empregue todo o desvelo a appresentar na 1.<sup>a</sup> occazião de paccio Militar os meios q. julgar mais eficases p.<sup>a</sup> huma caçada de Urços, q. tencionão fazer neste dia; parece q. a Comição p.<sup>a</sup> satisfazer aos seus Collegas tem reunido a si hum Militar Cidadão interessado neste género de caçadas, esperámos do zello do S.r Baroso (?) de Toenique (?), Presidente desta comissão q não desprese as ideias emitidas pelo Sr. Pote (?) a Comição reunindo asi este Cidadão nós lhe afiançámos o bom rezultado da caçada.”

Doc. 7

**1893 – [Gabriel PEREIRA, Estudos Eborenses – As caçadas, 2ª Parte, Évora 1893]**

“Pouco vulgar, julgo, em lugares praticáveis, porque nos ermos montanhosos do norte do país o urso viveu até aos tempos modernos. Em Inverneiras de muitas neves há 50 anos, mais ou menos, ainda os pequenos ursos das Astúrias chegavam às montanhas do Minho e Trás-os-Montes”.